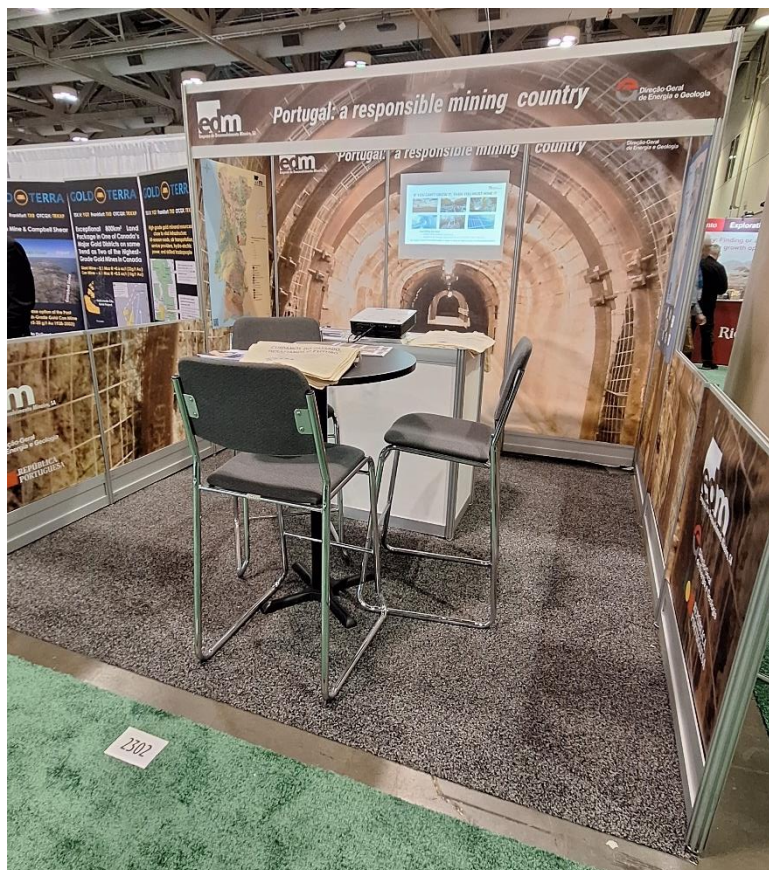


PDAC 2025 – VIAGENS E ALOJAMENTO (TORONTO - CANADÁ)



CADERNO DE ENCARGOS CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROC. N.º 022/PA1/2024

JANEIRO DE 2025

CADERNO DE ENCARGOS

PDAC 2025 – VIAGENS E ALOJAMENTO

(TORONTO - CANADÁ)

APROVADO

Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus
(Presidente do Conselho de Administração)

Zélia do Rosário do Vale Estêvão
(Vogal do Conselho de Administração)

ÍNDICE

Cláusula 1.ª Objeto	1
Cláusula 2.ª Contrato.....	1
Cláusula 3.ª Preço base	2
Cláusula 4.ª Requisitos de natureza social ou ambiental.....	2
Cláusula 5.ª Obrigações principais do prestador de serviços.....	2
Cláusula 6.ª Tarefas inerentes à prestação do serviço.....	3
Cláusula 7.ª Prazo de prestação do serviço.....	4
Cláusula 8.ª Acompanhamento e gestão da execução do contrato	5
Cláusula 9.ª Proteção de Dados Pessoais.....	5
Cláusula 10.ª Objeto do dever de sigilo	5
Cláusula 11.ª Prazo do dever de sigilo	6
Cláusula 12.ª Preço contratual	6
Cláusula 13.ª Condições de pagamento	6
Cláusula 14.ª Penalidades contratuais	7
Cláusula 15.ª Força maior.....	8
Cláusula 16.ª Resolução por parte do contraente público.....	9
Cláusula 17.ª Resolução por parte do prestador de serviços.....	9
Cláusula 18.ª Seguros	10
Cláusula 19.ª Foro competente.....	10
Cláusula 20.ª Subcontratação e cessão da posição contratual	10
Cláusula 21.ª Comunicações e notificações	10
Cláusula 22.ª Contagem dos prazos	11
Cláusula 23.ª Legislação aplicável	11

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do procedimento pré-contratual de ajuste direto ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, para a aquisição de serviços relacionados com a contratação de serviços de viagens, transportes aéreos e alojamentos, que assegure a deslocação e o alojamento, dos colaboradores que irão participar no evento PDAC 2025, que decorrerá em Toronto (Canadá) entre os dias 2 e 5 de março, que tem por principal objetivo o contato com operadores do setor mineiro, que garanta uma promoção de excelência e de relevante interesse público para o setor mineiro e para as atividades que a EDM desenvolve, relacionadas com a prospeção e pesquisa de recursos geológicos, bem como a de remediação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas.

Cláusula 2.ª

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo prestador de serviços nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Preço base

O preço máximo a pagar por todas as prestações constantes no presente Caderno de Encargos é de 19.000,00 € (dezanove mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor à data da respetiva liquidação.

Cláusula 4.^a

Requisitos de natureza social ou ambiental

- 1 - A presente prestação de serviços respeita a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 - ECO360, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023, de 10 de fevereiro.
- 2 - Deverá ser garantido o cumprimento de critérios ecológicos específicos para a Contratação Pública Ecológica (CPE) definidos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 132/2023, de 25 de outubro, nomeadamente a disponibilização de:
 - a) Bilhetes eletrónicos;
 - b) Documentação da viagem por meios eletrónicos;
 - c) Certificação IATA (Associação Internacional de Transportes Aéreos).

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem da celebração do contrato, para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação da prestação do serviço conforme as condições e especificações técnicas

do presente caderno de encargos;

- b) Obrigação de assegurar as deslocações e os alojamentos, no âmbito da participação no evento PDAC 2025, que decorrerá em Toronto (Canadá) entre os dias 2 e 5 de março de 2025, de acordo com o presente Caderno de Encargos e seus anexos;
 - c) Obrigação de garantir voos de ida de Lisboa para Toronto e de regresso de Toronto para Lisboa, para 4 (quatro) pessoas, onde 2 (dois) bilhetes terão duas malas de porão cada e 2 (dois) bilhetes terão uma mala de porão cada;
 - d) Obrigação de garantir alojamentos no *The Westin Harbour Castle*, ou equivalente, para 4 (quatro) pessoas;
 - e) Obrigação de garantir seguros de viagem.
 - f) Obrigação da disponibilização de bilhetes eletrónicos e da documentação da viagem por meios eletrónicos;
 - g) Obrigação de ter certificação IATA (Associação Internacional de Transportes Aéreos).
- 2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª

Tarefas inerentes à prestação do serviço

- 1 - Nos termos do artigo 49.º do CCP, o prestador de serviços obriga-se a cumprir as especificações técnicas seguintes, sem prejuízo de outras obrigações legais ou contratuais, na execução das seguintes tarefas que integram a prestação de serviços.
- 2 - O prestador de serviços fica obrigado a realizar os serviços de viagens, transportes aéreos e alojamentos à Entidade Adjudicante, que corresponderão, nomeadamente, no seguinte:
 - a) Voos de ida de Lisboa para Toronto e de regresso de Toronto para Lisboa, para 4 (quatro) pessoas e de acordo com as seguintes condições:
 - i. Companhia aérea TAP – Transportes Aéreos de Portugal, ou equivalente;
 - ii. Partida a 1 de março de 2025, com voo preferencial da parte da manhã;
 - iii. Regresso a 5 de março de 2025, com voo da parte da tarde ou noite;
 - iv. Voos diretos;

- v. Classe económica, Plus ou equivalente, incluindo:
 - 1. Refeição a bordo;
 - 2. Bagagem de mão e item pessoal;
 - 3. 2 (duas) malas de porão para 2 (duas) pessoas;
 - 4. Reserva de lugar com espaço extra e assento reclinável;
 - 5. Check-in Premium;
 - 6. Alterações permitidas sem custos adicionais (exceto diferenças tarifárias);
 - 7. Cancelamento permitido sem penalidade;
 - 8. Seguro de viagem.
 - b) Alojamento de 4 (quatro) noites para 4 (pessoas) pessoas com entrada a 1 de março de 2025 e saída a 5 de março de 2025, com as seguintes condições:
 - i. The Westin Harbour Castle, ou equivalente;
 - ii. Regime de alojamento e pequeno-almoço incluído;
 - iii. Permitir alterações sem penalização;
 - iv. Permitir cancelamentos sem custos até 24h00m antes da primeira noite;
 - v. Wi-fi premium incluído.
 - c) Seguros de viagem.
- 3 - Disponibilização de bilhetes eletrónicos e da documentação da viagem por meios eletrónicos.
- 4 - Dispor de certificação IATA (Associação Internacional de Transportes Aéreos).

Cláusula 7.ª

Prazo de prestação do serviço

- 1 - A prestação dos serviços objeto do presente caderno de encargos, terá a duração máxima de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da obrigação de realização das tarefas que perdurem para além deste prazo.
- 2 - A presente prestação de serviços poderá terminar em prazo inferior ao previsto no número anterior, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação, seja a que título for.
- 3 - O prazo previsto no n.º 1 pode ser prorrogado por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado.

Cláusula 8.^a

Acompanhamento e gestão da execução do contrato

O prestador de serviços é o único interlocutor com o gestor do contrato designado pela EDM, que se obriga a estar equipado com os meios de contacto imediato no início da prestação de serviços com as seguintes obrigações:

- a) Receber e prestar todas as informações que lhe sejam remetidas ou solicitadas no âmbito da execução do contrato;
- b) Apresentar-se em todas as reuniões de acompanhamento do contrato para as quais seja convocado.

Cláusula 9.^a

Proteção de Dados Pessoais

O prestador de serviços obriga-se a cumprir os deveres previstos na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (RGPD) e demais legislação relativa à proteção de dados pessoais, através da implementação e execução de medidas técnicas e organizativas que se destinem a garantir os direitos dos titulares dos dados pessoais cujo tratamento realize ou cujos dados sejam do seu conhecimento no âmbito do presente contrato.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 10.^a

Objeto do dever de sigilo

- 1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo

judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes, caso em que a entidade adjudicatária deverá solicitar o acordo prévio da entidade adjudicante.

Cláusula 11.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da entidade adjudicante

Cláusula 12.^a

Preço contratual

- 1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, bem como quaisquer encargos decorrentes de autorizações que se revelem necessárias.
- 3 - A remuneração do prestador de serviços resultará da aplicação dos preços unitários previstos na proposta adjudicada, validados pela entidade adjudicante.
- 4 - A entidade adjudicante apenas pagará o trabalho efetivamente prestado, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação, seja a que título for, caso não seja executada a totalidade dos trabalhos previstos no presente Caderno de Encargos, a sua execução seja realizada em prazo inferior ao previsto ou por extinção do contrato, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos ou na legislação em vigor.

Cláusula 13.^a

Condições de pagamento

- 1 - As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem

ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias, após a receção pela entidade adjudicante da fatura que lhe respeite, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.

- 2 - Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 14.^a

Penalidades contratuais

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes ao contrato, até 5% do custo total, por cada dia de incumprimento;
 - b) Pelo incumprimento das obrigações principais referidas na Cláusula 5.^a, até 5% do preço contratual.
- 2 - As sanções a que se refere o número anterior terão como limite 20% do preço contratual, sendo tal limite elevado para 30%, caso a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público.
- 3 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.
- 4 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
- 5 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 6 - A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 7 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade

adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.^a

Força maior

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 - Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações

contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.^a

Resolução por parte do contraente público

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, emergentes do contrato, podendo, ainda, exigir o ressarcimento de todos os prejuízos causados.
- 2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços com a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.

Cláusula 17.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido e esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias ou quando o montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros.
- 2 - O direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3 - Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CAPÍTULO IV SEGUROS

Cláusula 18.^a

Seguros

- 1 - É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contrato de seguro, de todos os riscos inerentes à prestação dos serviços.
- 2 - A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO V RESOLUÇÃO DE LITIGIOS

Cláusula 19.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 20.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 21.^a

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.^a

Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

ANEXO

(Mapa de quantidades)

Ref. ^a	Identificação dos trabalhos	Unid.	Qtd.
1	Voos diretos Lisboa-Toronto e Toronto-Lisboa	un	4
2	Alojamentos	un	4
3	Seguros de viagem	un	4